


[Home](#) > [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 70005 - N° 31/2023 \(SRP\) \(Lei 14.133/2021\)](#)


# Quadro informativo

**Pregão Eletrônico N° 31/2023 (SRP)** [\(Lei 14.133/2021\)](#)


UASG 70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO



Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto    Modo disputa: Aberto

Avisos (0)

**Impugnações (1)**

Esclarecimentos (1)

04/10/2023 18:07


 SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
 Pregão Eletrônico nº 31/2023


A presente impugnação pretende AMPLIAR A OFERTA DE SOLUÇÕES PARA ESTA ENTIDADE e, assim, afastar do presente procedimento licitatório tudo que for feito em extrapolação ao disposto nas Leis nº. 8.666/93 e nº 10.520/02, como também em contraposição ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União - TCU em suas decisões.

#### DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Sem embargo, destaca-se que não é intuito desta empresa impedir ou simplesmente atrapalhar o normal trâmite do certame em tela, nem mesmo trazer dúvidas acerca da competência do trabalho exercida por esta respeitosa entidade e por sua Comissão de Licitação ou questionar sem fundamentos suas decisões.

Como dito, busca-se apenas a observância dos princípios basilares que regem nossa Administração Pública, e que são expressamente previstos em nossa Carta Magna de 1988 e no art. 3º da Lei de Licitações - nº 8.666/93, assim como que a necessidade da contratação por parte desta organização, a qual se sabe que é de extrema urgência e importância, seja suprida da melhor maneira possível.

Em outras palavras, é corolário das contratações públicas que deve o certame priorizar a finalidade pela qual foi criado, ou seja, ampliar a competitividade em busca do melhor resultado para a Administração e buscar aquilo que, de fato, lhe é mais vantajoso.

Acompanhado de sua necessária fundamentação, será a seguir analisado aquilo que tecnicamente pode ser ofertado com intuito de ampliar o rol de ofertas e, conseqüentemente, haver maior competição no certame.

O edital possui exigências que limitam e tornam desigual a participação do maior número de licitantes. Tais exigências estão descritas no Edital, conforme abaixo:

Lote 01 (Itens 1 e 2):

1 APARELHO IP COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA - 600 un

2 FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA - 60 un

O item 01 possui o seguinte modelo de referência:

01: APARELHO IP COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA

Marca/Modelo de Referência: Grandstream GXP2135 ou similar

No entanto, da forma como está a especificação técnica descrita, SOMENTE TELEFONES DA MARCA E MODELO indicado como referência, são capazes de atender integralmente as exigências editalícias. Nenhum outro disponível no mercado pode ser ofertado.

É importante compreender que as principais fabricantes têm soluções e certificações capazes de atender o objeto desta licitação, sem a necessidade de direcionar o edital para um fabricante específico, limitando a competitividade do certame.

Dada a complexidade notória do objeto do certame e principalmente pela óbvia essencialidade aos objetivos deste órgão, é forçoso admitir que é papel da Administração Pública se precaver de possíveis licitantes "aventureiros" e buscar uma competição onde os licitantes sejam, realmente, capazes de atender à complexidade da demanda trazida à tona com a esperada qualidade.

Ao mesmo tempo, não obstante o grau elevado do limite imposto pelas condições a partir das descrições dos itens acima delineados, estas não podem ser confundidos de forma alguma como um instrumento de restrição à liberdade de participação e, da mesma forma, um obstáculo a uma oferta que atenda da mesma forma a demanda do órgão por um preço bem mais em conta.

No tocante à descrição técnica da solução que deve ser entregue pela licitante, como exige Edital e Termo de Referência para efetivação da contratação, há de ser ressaltado, de antemão, que a presente contratação deveria superar uma série de etapas até a elaboração do instrumento convocatório em tela.

Até que este resultado tivesse sido alcançado, era necessário um planejamento para que se demonstrasse, ao menos, que a contratação agrega valor ao órgão e que qualquer risco tenha sido gerenciado a fim de que a contratação esteja alinhada com o planejamento do órgão.

Nesse contexto, destacamos o disposto no Decreto nº 10.024/2019, em semelhança à Lei nº 8.666/93, para aquisição de bens e serviços comuns, in verbis:



> [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 70005 - N° 31/2023 \(SRP\) \(Lei 14.133/2021\)](#)

padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame. (sem destaque no original).

Sem rodeios, o planejamento é sem sombra de dúvida um fator determinante para o sucesso de qualquer contratação, e dessa forma, deve ser realizado de forma detalhada a fim de que a solução escolhida pela Administração seja a mais adequada possível diante da sua demanda específica.

O administrador, como agente público, representa não apenas o órgão ao qual está vinculado, mas em especial toda sociedade. Por isso mesmo, deve pautar-se, na condução de um procedimento de contratação, pelos princípios da isonomia e da ampla competição, dentro outros tantos previstos no ordenamento pátrio.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Contas da União quanto à fase preparatória do processo licitatório:

9.1.15 - em atenção ao inciso IX, artigo 6º, da Lei nº 8.666/1993, elabore estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade da contratação sob os aspectos da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, com vistas a fundamentar o respectivo projeto básico, especialmente no que concerne às diferentes soluções disponíveis no mercado, à justificativa da solução específica escolhida, bem como ao demonstrativo dos benefícios técnicos e econômicos provenientes de tal escolha; (sem destaque no original).

Acórdão nº 2.938/10 – Plenário.

E em decisão BEM RECENTE sobre situação semelhante, por ora debatida, assim manteve seu posicionamento:

Licitação. Projeto básico. Planejamento. Equipamentos. Especificação técnica. Preço. Cotação. Marca. Modelo.

Em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam às necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para marca ou modelo específicos e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado. (sem destaque no original).

Acórdão nº 214/2020 – Plenário.

No presente certame, após realizados os estudos e planejamentos já aqui explicitados, caberia à área técnica competente deste órgão a elaboração do Termo de Referência, onde deveriam ser avaliadas todas as possíveis soluções para que, fundamentadamente, fossem indicadas quais seriam as especificações requeridas.

E neste processo de escolha, inevitavelmente, a partir da tomada de decisão emanada por meio da descrição, afastaram-se do procedimento licitatório algumas interessadas cujos produtos não atendem àquelas exigências.

Nesse passo, não há no instrumento convocatório qualquer fundamentação de ordem técnica que motive qualquer restrição sobre determinada solução. O que se deseja restar claro é que exigências técnicas, como essas aqui destacadas, jamais podem ser impostas de maneira injustificada, sem motivação para tanto.

Ademais, é forçoso ressaltar na presente manifestação – esclarecimentos que se não forem atendidos devem ser encarados como

impugnação – fato extremamente importante e que acaba por corroborar o que vem sendo apresentado até aqui, qual seja, de que há realmente atendimento da demanda da entidade através de soluções com outras especificações técnicas e que atendem aos procedimentos da mesma forma que as demais especificações descritas no Edital, sem prejuízos.

Isto é, existem sim opções no mercado que cumprem da mesma maneira o que vem sendo exigido neste certame, caso as características sejam flexibilizadas.

Importante lembrar que exigências editalícias, em especial aquelas relacionadas à descrição técnica, devem ser justificados e fundamentados, pois, caso tais premissas não sejam respeitadas o ato será nulo.

Sobre o tema, mais uma vez é necessário destacar ensinamento de Marçal Justen Filho:

É que, se a Administração impôs exigência rigorosa, fê-lo com base em alguma avaliação interna. (...) A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente se revela dispensável, seu ato não pode prevalecer. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12 ed, Dialética, 2008 – p. 424). (sem destaque no original).

Nessa linha, o referido processo é eivado de vício grave, também quanto aos requisitos destacados, notadamente ao definir a marca/modelo Grandstream GXP2135 como a única capaz de atender ao edital de licitação.

É evidente que a entidade deixou de sopesar alternativas que permitissem a participação do número maior de interessados, tornando impossível a obtenção da proposta mais vantajosa,



> [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 70005 - N° 31/2023 \(SRP\) \(Lei 14.133/2021\)](#)

mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado. (sem destaque no original).

Acórdão n° 2829/2015-Plenário.

Depreende-se, assim, que a medida restritiva adotada pelo TER/MA não encontra guarida na legislação vigente.

DO PEDIDO

Percebe-se claramente que o direcionamento a um único fabricante enseja sim a alteração do presente instrumento convocatório.

Conclui-se, então, que deve o presente certame priorizar a finalidade pela qual foi criado, ou seja, ampliar a competitividade em busca do melhor resultado para a entidade e buscar aquilo que, de fato, lhe é mais vantajoso.

Aduzidas as razões que balizaram a presente manifestação, esta empresa, requer, com supedâneo nas legislações vigentes que lhe serviram de esteio, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o Edital assim seja retificado e que sejam excluídas ou substituídas as exigências restritivas à competição, notadamente aquelas que restringem o item 01 apenas ao modelo/marca Grandstream GXP2135.

Caso não seja esse o entendimento, diante das considerações feitas, que o órgão indique outros, pelo menos 3, modelos e fabricantes de equipamentos que atendam a especificação requerida para o item e que possam ser ofertados pelos licitantes atendendo as necessidades da Administração Pública.

Caso não entenda pela adequação do resultado, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão de manter as especificações do equipamento nos moldes em que se encontram, os quais serão levados ao conhecimento do Tribunal de Contas.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 02 de outubro de 2023.



Caro licitante, em resposta ao seu Pedido de Impugnação acerca do Pregão Eletrônico n° 31/2023, que trata do Registro de Preços para a aquisição de aparelhos IP, fontes de alimentação externa (para telefones IP), aparelhos telefônicos móveis (smartphones) e telefones celulares fixos, originado pelo Processo SEI n° 0008617-43.2023.6.27.8000, por tratar de questões técnicas do Termo de Referência o Setor Técnico Requisitante respondeu da seguinte forma:

"Senhor Pregoeiro,

Solicitamos, encarecidamente, a suspensão do certame e o retorno do processo para este setor para ajustes do Termo de Referência.

Atenciosamente,"

Desta forma, o Certame será SUSPENSO para revisão do Termo de Referência, devendo ser republicado após as medidas necessárias.

Atenciosamente,

Thiago Chung  
Pregoeiro

[Incluir impugnação](#)